

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

Mirielle Lima de Sena ¹

Michelle Carvalho Sousa ²

Antoniele Silvana de Melo Souza ³

INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas de inclusão são fundamentais para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e igualitária. Nossa estudo investigou as práticas pedagógicas de inclusão utilizadas por professores em salas de aulas inclusivas, utilizando uma abordagem qualitativa com observações das aulas. Os resultados mostraram que os professores que utilizam práticas pedagógicas de inclusão têm uma maior probabilidade de promover a participação e o aprendizado de todos os estudantes. Além disso, destacamos a importância da capacitação docente e da educação continuada para garantir a inclusão eficaz de todos os estudantes. A inclusão escolar vai além da matrícula, pois, incluir é se tornar uma parte daquele lugar, é pertencer, é participar, por isso é necessário tomar medidas inclusivas reais e concretas na organização escolar, assim, evitando os descasos e buscando superar esse déficit histórico que temos sobre a inclusão no contexto da escola e sala de aula. O estudo ressalta a importância da inclusão e das práticas pedagógicas escolares, essa serve de elemento formativo para as novas gerações, os tornando reflexivos e capacitados, livres de preconceitos. Portanto, sugere que as escolas tentem priorizar a formação continuada de seus professores para promover a inclusão educacional com mais eficiência.

METODOLOGIA

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, m.l.de.sena@aluno.uespi.br;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, michellecsousa@aluno.uespi.br;

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Orientadora, antonielesouza@cte.uespi.br;

A pesquisa teve uma abordagem metodológica qualitativa, optando pelo procedimento com base em entrevistas livres ao priorizar as experiências dos professores que atuam neste cenário. A coleta de dados foi realizada por meio desses relatos e, posteriormente, as análises, que tiveram como base a perspectiva da Inclusão e o desenvolvimento integral das crianças". As entrevistas com os professores permitiram um olhar mais amplo sobre as práticas que são adotadas em sala de aula e sobre os desafios enfrentados pelos docentes, pois os estudos mostraram as possíveis conciliações e divergências sobre a percepção de teóricos e pesquisadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar é um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes conquistas da educação contemporânea. No Brasil, a consolidação desse processo está relacionada à construção de políticas públicas e de práticas pedagógicas que assegurem o direito de todos à aprendizagem. De acordo com Mantoan (2001), a inclusão não se limita à matrícula do aluno com deficiência, mas implica uma transformação profunda nas concepções, na cultura e na organização das escolas, para que todos os estudantes possam participar e aprender.

Segundo Freire (1978), educar é um ato de amor e de libertação. A partir dessa perspectiva, o processo de inclusão deve promover o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do ser humano. Assim, o papel do professor é essencial na criação de um ambiente de respeito, empatia e cooperação, que valorize a diversidade e incentive o protagonismo dos estudantes.

O movimento da educação inclusiva tem suas bases em documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que defende a escola para todos, orientando os sistemas educacionais a se adaptarem às necessidades dos alunos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforçam o compromisso com uma educação de qualidade e equitativa.

Vygotsky (1991) também contribui significativamente para compreender o processo inclusivo, ao afirmar que o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação social e da mediação cultural. Essas interações se tornam ainda mais ricas, pois envolvem diferentes formas de pensar, sentir e agir, o que amplia as possibilidades de aprendizagem e convivência.

Carvalho (2004) reforça que a escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças como valor educativo, e não como obstáculo. É necessário que a instituição ofereça suporte pedagógico, recursos didáticos adaptados e um projeto político-pedagógico comprometido com a diversidade. Assim, a inclusão deixa de ser um ideal distante e começa a ser igualitário para todos.

É necessário investir na formação docente. A qualificação dos professores para lidar com a diversidade deve ser contínua, baseada na realidade da sala de aula. Como destaca Mantoan (2001), o professor precisa “aprender a desaprender”, ou seja, romper com modelos tradicionais de ensino e buscar novas formas de compreender e atender seus alunos. A formação permanente permite que os docentes desenvolvam competências para planejar atividades diferenciadas, utilizar tecnologias assistivas e criar ambientes de aprendizagem colaborativos.

O referencial teórico desta pesquisa evidencia que as práticas pedagógicas inclusivas não são apenas estratégias de ensino, mas um compromisso ético e político com a dignidade humana. A inclusão escolar representa um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e livre de preconceitos, na qual cada estudante possa desenvolver plenamente suas potencialidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os professores utilizam as práticas pedagógicas inclusivas, com base na maior probabilidade de promover a participação e o aprendizado dos estudantes. Além disso, foram destacados a importância da formação docente continuada, como estratégia capaz de oferecer conhecimento e suporte de estudos necessários para a adaptação e a necessidade de cada aluno. Proporcionar a garantia de uma inclusão com eficiência, e que seja adequada aos estudantes de qualquer faixa etária, deve-se partir de estudos contínuos

atrelados ao conceitual, reflexão e prática. Os estudantes envolvidos na pesquisa conseguiram obter avançar em seus conhecimentos, pois tiraram duvidas e a interação foi constante.

Portanto, a pesquisa mostrou que a colaboração entre professores e outros profissionais da educação é fundamental para promover a inclusão, como garantia e efetivação, solidário e acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional é um processo complexo, precisa que as práticas pedagógicas sejam realmente inclusivas e de entrelaçada a formação docente continuada. É necessário que os entes do sistema educacional tomem medidas para proporcionar a formação docente contínua, especialmente, na percepção da Educação Inclusiva, e essa esteja contemplada na organização escolar, e não apenas oferta sem suporte adequado. A importância da inclusão e das práticas pedagógicas escolares firmam a base da epistemologia educativa e seu desenvolvimento em formar gerações que sejam mais capacitadas e livres de preconceitos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Práticas pedagógicas, Capacitação docente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e inspiração durante todo o percurso dessa pesquisa e pela oportunidade de vivenciar essa experiência enriquecedora. Aos meus familiares, por todo o amor, paciência e incentivo, que foram fundamentais em cada etapa dessa caminhada. À minha orientadora Antoniele e coautora Michelle, pela parceria, confiança e valiosas contribuições para a construção deste trabalho. E à universidade, pelo apoio e incentivo que tornaram possível a participação neste importante evento nacional da educação.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

GUATEMALA. Assembléia Geral, 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (original em espanhol), 1999.

MANTO AN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasilia: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca: princípios, política e prática em educação especial. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.